

As Bases Religiosas do Autoritarismo Brasileiro

Alexandre Mendonça

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

São Paulo, 2025

"O que nós queremos fazer agora, com o Brasil, é um ato religioso, é um ato de religação de toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso país."

Michel Temer, discurso de posse como presidente interino, 12 maio 2016.

Resumo

Este artigo analisa as bases religiosas do autoritarismo brasileiro, reconstituindo, de forma diacrônica, os vínculos entre Igreja Católica, reacionarismo de inspiração europeia e, posteriormente, pentecostalismo evangélico na formação do pensamento político conservador no Brasil. Argumenta-se que o entrelaçamento entre religião e poder político não constitui anomalia, mas elemento estruturante da tradição autoritária nacional, desde o padroado imperial até a confluência reacionária contemporânea. O artigo identifica também um padrão de importação de agendas conservadoras transnacionais, que opera como vetor de renovação do autoritarismo de base religiosa.

Palavras-chave: autoritarismo; religião e política; Igreja Católica; pentecostalismo; reacionarismo; Brasil.

1. Introdução

No final do século XX, o secularismo parecia haver vencido. Analistas como Fukuyama¹ consideravam que "fundamentalismos religiosos" seriam focos de conflito para os valores ocidentais, mas não projetos alternativos de civilização, apenas resquícios de formas sociais arcaicas reservados a democracias incompletas. A sociedade secularizada, ordenada pelo Estado de Direito, pela representatividade política e pela economia de mercado, era o ápice da aspiração liberal e o epítome da modernidade.

Ao falarmos de secularização, a principal referência é Max Weber. Em sua obra, a questão da secularização está firmemente associada à legitimidade do Estado Moderno, que deve apoiar-se no ordenamento jurídico desencantado, abdicando de buscar legitimidade na transcendência. Pierucci² explica que o sentido forte de secularização incide sobre a normatividade jurídico-política do Estado, e não sobre uma abordagem psicossocial do fenômeno.

Vinte e cinco anos depois, uma das principais preocupações da ciência política é a participação crescente de grupos religiosos na esfera pública. Além da Igreja Católica, que nunca se apartou da atuação política, especialmente os grupos ligados ao integrismo³, esse fenômeno resulta da multiplicação de formas de vida religiosa a partir dos anos 1970, identificada na sociologia da religião como Novos Movimentos Religiosos, como as espiritualidades de New Age, os cultos televisionados, o crescimento dos islâmicos nos Estados Unidos e do protestantismo evangélico na América Latina, notadamente no Brasil.⁴

¹Citado por LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. O populismo reacionário. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022, p. 11–17.

²PIERUCCI, Antônio F. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 37, p. 43–73, 1998.

³Georg Wink: "O integrismo teve origem numa reação europeia à suposta decadência de fim de século, com a determinação de provar que só o catolicismo poderia regenerar a sociedade ao 'viver a integralidade da fé na totalidade da existência'". In: WINK, Georg. Conservadorismo Brasileiro e a Nova Direita. Belo Horizonte: Emcomum Estúdio Livre, 2023.

⁴CASANOVA, José. Public Religions in the Modern World. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

Do ponto de vista normativo, essa participação crescente é vista como "falha" no processo de modernização: a condição da modernidade requer que a religião ocupe apenas a esfera privada, o que dá origem ao conceito de laicidade estatal, modelo de separação formal entre as esferas pública e religiosa.⁵

Para Berger⁶, a retomada da relevância da religião estaria ligada a dois fenômenos: a modernidade tende a mitigar as certezas com as quais as pessoas conviveram ao longo da história, gerando desconforto para muitos intolerável; e uma visão puramente secular da realidade encontra seu principal lugar social numa cultura de elite, de modo que quando essa elite tem sua legitimidade questionada, muito de sua cultura entra no mesmo espaço de questionamento.

Ambos os fenômenos resumem-se a uma ideia central: a rejeição da modernidade, que é também a ideia central do reacionarismo, conjunto de ideias autoritárias que parece ter mais força do que nunca. O aumento da rejeição da modernidade leva, conseqüentemente, à maior influência do reacionarismo na esfera pública.

2. A Rejeição à Modernidade

Ser reacionário, segundo Lynch⁷, é advogar ideias políticas que "buscam fazer regredir processos de democratização, liberalização e secularização que marcam a modernidade". O sentimento reacionário é amplificado com a Revolução Francesa, e voltou a ganhar força com o integrismo, movimento que teve origem numa reação europeia à suposta decadência de fim de século XIX, a partir do Concílio Vaticano I (1869–1870), que buscou combater as tendências modernizantes no interior da Igreja Católica, bem como as ideologias políticas críticas da doutrina que defendia a união entre Estado e Igreja.

⁵Para discussão sobre "laicidade à brasileira", ver MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 11, n. 2, p. 238–258, 2011; e ZYLBERSZTAJN, Joana. *A Laicidade do Estado Brasileiro*. Brasília: Verbena Editora, 2016.

⁶BERGER, Peter L. A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9–23, 2001.

⁷LYNCH; CASSIMIRO (2022), p. 23.

O pontificado de Leão XIII (1878–1910) foi dedicado a combater essas ideias. Em sua ⁸Quod Apostolici Muneris (1878), o Papa alertou contra a "seita de homens que, debaixo de nomes diversos e quase bárbaros, se chamam socialistas, comunistas ou niilistas". A encíclica ⁹Diuturnum (1881) localizou na Reforma Protestante a origem da "falsa filosofia e aquele direito que chamam novo, a soberania popular". A ¹⁰Rerum Novarum (1891) apresentou opções católicas de proteção aos trabalhadores em contraste com as ideias socialistas, podendo ser entendida como tentativa de conciliar, sem alterar, a velha ordem e a sociedade moderna.

No Brasil da época, a Igreja Católica era um dos alicerces de legitimidade do Império: a consagração de Pedro I, em 12 de outubro de 1822, seguiu o rito dos imperadores romanos. Ao longo do Império, a relação entre Estado e Igreja tornou-se vetor de conflitos: o Estado detinha o direito de conceder ou negar validade a decretos eclesiásticos, eventualmente minando o poder do próprio Papa.¹¹ A questão da maçonaria¹² levou o clero brasileiro a enviar seminaristas para escolas ultramontanas em Roma e Paris, trazendo o núcleo das ideias reacionárias para o Brasil.¹³

3. O Surgimento do Estado Laico e o Fortalecimento da Igreja

O golpe de 1889 e a proclamação da República levou ao poder maçons como Deodoro da Fonseca e Ruy Barbosa, além de uma nova classe política de advogados formados na influente "Bucha"¹⁴ da Faculdade de Direito de São Paulo, oficiais das academias militares e engenheiros positivistas. A Constituição Republicana de 1891 suprimiu privilégios católicos,

⁸Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_28121878_quod-apostolici-muneris.html

⁹Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_29061881_diuturnum.html

¹⁰Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html

¹¹Negar a autoridade papal passou a ser mais problemático a partir de 1870, com a afirmação, no Concílio Vaticano I, do dogma da infalibilidade papal.

¹²A comunidade maçônica, embora numericamente pequena, era extremamente influente no Império, com diversos presidentes do Conselho de Ministros sendo membros da irmandade.

¹³WINK (2023), p. 102.

¹⁴Sobre a Bucha: https://direito.usp.br/pca/arquivos/a7dcba6d5d56_07.pdf. Da Bucha saíram quatro presidentes da República: Prudente de Moraes, Campos Salles, Affonso Penna e Rodrigues Alves.

instituiu o casamento civil, a secularização dos cemitérios e o fim do ensino religioso nas escolas públicas, entre outras medidas.

O que por um lado pode ser encarado como perda de prestígio, por outro deixou a Igreja em posição de se fortalecer: a República abriu espaço para o desenvolvimento de um projeto eclesialístico novo, em colaboração com o Vaticano. O integrismo se consolidava naquele momento sob os pontificados de Leão XIII e de Pio X (1903–1914), que promulgou a encíclica

¹⁵*Pascendi Dominici Gregis*, o decreto *Lamentabili sane exitu* e o juramento antimodernista

¹⁶*Sacrorum antistitum* (1910).

Em 1916, por ocasião da posse de Dom Sebastião Leme como arcebispo de Olinda e Recife, Jackson de Figueiredo tomou conhecimento das posições do novo arcebispo, que diagnosticava que, apesar de serem maioria da população, os católicos não ditavam os princípios de organização do Estado brasileiro.¹⁷ Naquele período de instabilidades das primeiras décadas da República, Jackson passou a identificar no liberalismo a principal causa daquilo que chamava de "desordem". Seu pensamento antiliberal influenciou Alceu Amoroso Lima, que sob o pseudônimo de Tristão de Athayde foi um dos principais nomes do reacionarismo brasileiro por décadas.

As ideias reacionárias de Figueiredo e Lima, ainda que¹⁸ restritas ao campo educacional, ecoaram em Alberto Torres, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, que inferiu a incompatibilidade entre a realidade constitucional e a nacional. Seus admiradores incluíam o integralista Plínio Salgado e Oliveira Vianna, talvez o intelectual mais influente do autoritarismo brasileiro e do Estado Novo.

¹⁵Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html

¹⁶Disponível em: <https://facbel.edu.br/wp-content/uploads/2020/09/ARTIGO-JURAMENTO-ANTIMODERNISTA-SAO-PIO-X.pdf>

¹⁷Ver: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FIGUEIREDO,%20Jackson%20de.pdf>

¹⁸LYNCH; CASSIMIRO (2022), p. 27.

4. A Era Vargas e a Proeminência da Igreja Católica

O Estado Novo (1930–1945) coincidiu com o auge do neocristianismo no País, que viu o início de uma "colaboração harmônica entre Estado e Igreja".¹⁹ O arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme,²⁰ exaltou o regime autoritário como "consistente com a visão hierárquica da sociedade pela Igreja".²¹ O símbolo mais visível desse reencontro é a estátua do Cristo Redentor, projeto realizado por Leme junto com Heitor da Silva Costa e Alceu Amoroso Lima. A primeira conquista da Igreja, em 1931, foi a permissão para oferecer educação religiosa nas escolas públicas.

Dom Leme criou um formato apenas aparentemente "fora e acima dos partidos": a Liga Eleitoral Católica (LEC), instrumento de certificação de candidatos comprometidos com princípios da Igreja.²² O mecanismo foi testado com sucesso nas eleições de 1932 para a Assembleia Constituinte. A Igreja militou abertamente por candidatos que apoiassem, entre outras pautas: a permanência do nome de Deus no preâmbulo da Constituição, a indissolubilidade do matrimônio, a manutenção das aulas de religião nas escolas públicas²³ e uma legislação trabalhista inspirada na *Rerum Novarum*. A Constituição de 1934 atendeu as dez reivindicações centrais católicas.

5. Patrianovismo, Integralismo e TFP

Em 1928 surgiu o primeiro grande movimento monarquista e restaurador do Brasil: a Ação Imperial Patrianovista Brasileira, liderada pelo ativista afro-brasileiro Arlindo Veiga dos

¹⁹WINK (2023), p. 188.

²⁰Dom Sebastião Leme foi o mesmo bispo que, com sua carta de inauguração do arcebispado de Recife e Olinda, foi preponderante para a conversão de Jackson de Figueiredo ao catolicismo. Foi alçado ao arcebispado do Rio de Janeiro, como primaz do Brasil, após a morte do Cardeal Arcoverde, em 1930.

²¹Idem.

²²LIMA, Janilson Rodrigues. A Liga Eleitoral Católica e a eleição de 1933 no Ceará: liga suprapartidária ou partido político? Trabalho apresentado no XXIX Simpósio Nacional de História, Brasília, 2017.

²³As aulas de religião no ensino público foram instituídas em abril de 1931. O decreto foi assinado pelo então Ministro da Educação Francisco Campos. Esse gesto, junto ao reconhecimento de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do País e à inauguração do Cristo Redentor, formou a tríade que selou o apoio católico ao regime varguista.

Santos.²⁴ O movimento queria a restauração de uma monarquia ideal baseada no Rei, na Igreja e nas corporações.²⁵ Pregava, entre outras coisas: o retorno ao arranjo social colonial quanto à participação da Igreja nos assuntos políticos; o combate ao liberalismo e à democracia; o aristocracismo intelectual; e a rejeição à monarquia constitucional.²⁶

A Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração fascista²⁷ fundada por Plínio Salgado em 1932, tornou-se o primeiro partido nacional com organização de massa, chegando a quase um milhão de adeptos.²⁸ A principal conexão entre religião e integralismo dava-se na centralidade do Direito Natural²⁹ na dogmática integralista.³⁰ Gustavo Barroso buscou concatenar política e "batalha espiritual" em sua obra *Integralismo e Catolicismo* (1937), pregando ser o integralismo o legítimo porta-voz da Doutrina Social da Igreja Católica.

Visão diferente tinha Plínio Corrêa de Oliveira, nascido em São Paulo em 1908 numa família aristocrata. Formado na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde criou o "Grupo Joseph de Maistre",³¹ foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933, com

²⁴Mais detalhes em: https://www5.pucsp.br/cedic/semui/colecoes/acao_imperial.html

²⁵BENTO, Alice Lazzarini; PACHECO, Gabriela Santi. Fascismo, catolicismo e corporativismo: conexões entre patrianovismo e integralismo. *Revista Faces da História*, Assis/SP, v. 9, n. 2, p. 90–112, jul./dez. 2022.

²⁶CAZZETA, Felipe A. Deus, Pátria, Família... Monarquia: Ação Imperial Patrianovista e Ação Integralista Brasileira – Choques e Consonâncias. *Boletim do Tempo Presente*, n. 4, ago. 2013, p. 1–12.

²⁷Um movimento variante adaptado às condições socioeconômicas particulares do país, determinadas pela colonização, miscigenação e posição periférica no sistema mundial, que diferiam claramente dos contextos europeus.

²⁸Ver: <https://atlas.fgv.br/verbete/5925>

²⁹SALGADO, Plínio. *Páginas de Combate*. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes, 1937.

³⁰Para o Direito Natural na perspectiva católica, ver:

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20090520_legge-naturale_po.html

³¹SALGADO, Plínio. Código de Ética do Estudante. Art. 1º: "Faze da tua crença em Deus e nos destinos sobrenaturais do homem a luz que te guiará no meio da confusão dos desorientados e da corrupção dos costumes."

24 anos,³² com apoio da LEC. Tornou-se professor catedrático de História da Civilização em sua alma mater.³³

O pilar do pensamento de Oliveira era a luta entre a Revolução, "um processo plurissecular que buscava destruir o Cristianismo", e a Contrarrevolução, "a reação católica tradicionalista, antiliberal, antissocialista, anticomunista e anti-maçônica".³⁴ Alceu Amoroso Lima chegou a afirmar que o grande trabalho da Igreja era tornar possível a passagem do católico praticante ao militante, almejando que a identidade católica fosse requisito para compor a elite governante do país, a exemplo da Espanha franquista e do Salazarismo.³⁵

6. A Atuação Católica de 1940 até 1964

A década de 1940 marcou um aprofundamento na "romanização" da Igreja Católica brasileira. O Papa Pio XI dedicou três de suas encíclicas a movimentos "revolucionários": *Non abbiamo bisogno* (1931), sobre o fascismo; *Mit brennender Sorge* (1937), sobre o nazismo; e *Divinis Redemptoris* (1937), sobre o comunismo, estabelecendo que o comunismo é incompatível com a fé católica e condenando os comunistas à excomunhão.³⁶

A principal arena de ação da Igreja na política brasileira era a educação. O pacto entre Vargas e o laicato católico toma forma numa carta do ministro Francisco Campos³⁷ a Getúlio Vargas, em 18 de abril de 1931, defendendo o ensino religioso facultativo nas escolas públicas.

³²Uma espécie de "Nikolas Ferreira" de seu tempo, com menor alcance.

³³Na verdade, no Colégio Universitário que à época era parte da Faculdade de Direito. Ver: <https://www.camara.leg.br/deputados/4634/biografia>

³⁴GAMA, Victor Almeida. O leão e o sigma: a crítica de Plínio Corrêa de Oliveira ao movimento integralista. *Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e Parcerias*.

³⁵CAVICHOLI, Bruno Gazalle; GALLO, Carlos Artur. Entre Deus e o Estado: Salazar, Franco e a Igreja Católica nas ditaduras ibéricas do século XX. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 14, n. 27, jul./dez. 2022.

³⁶Destaque para o fato de que apenas os comunistas seriam excomungados.

³⁷Campos deixa o ministério em 1932, substituído por Washington Pires que, por sua vez, é substituído em 1934 por Gustavo Capanema, cuja nomeação se deve à atuação dos movimentos laicos católicos.

Para Campos, a aliança entre Estado e Igreja não era uma questão de princípios, mas uma instrumentalização do poder de mobilização política que a Igreja alcançara.³⁸

Plínio Corrêa de Oliveira militou de forma combativa, criticando a democracia que se formatava no cenário político nacional por apresentar um "subsentido comunista".³⁹⁴⁰ Católicos conservadores, sob sua influência, criaram a TFP, fundada em julho de 1960,⁴¹ que teve papel importante na organização das Marchas pela Família e cujo corpo diretivo chegou a ser recebido pelo general Castello Branco após o golpe de 1964.

A fundação da TFP aconteceu logo após a eleição de João XXIII⁴², papa reformador que convocou o Concílio Vaticano II com apenas noventa dias de pontificado. Dentro do Concílio, o objetivo do aggiornamento deu-se em meio a um embate entre dogmatistas e proponentes de uma teologia hermenêutica.⁴³ A encíclica *Mater et Magistra* (1961) estabeleceu o foco da Igreja na dignidade humana e na preocupação com a justiça social.⁴⁴

A TFP apresentou a atuação de Oliveira no Concílio como a de um "profeta" solitário contra as reformas. Em 1959, ele escreveu o ensaio *Revolução e Contra-Revolução*,⁴⁵ apresentando a Reforma Protestante, a Revolução Francesa e o comunismo como uma só grande

³⁸GRECO, Angelo Antonio. O ensino religioso nas escolas públicas paulistas (1930-1945). Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2017. DOI: 10.11606/T.8.2017.tde-31072017-153815, p. 23.

³⁹VICTOR, Rogério Lustosa. A candidatura de Plínio Salgado à presidência da República: os usos políticos da memória. *Revista Angelus Novus*, v. 1, n. 1, ago. 2010.

⁴⁰SILVA, Marcos Paulo da. A atuação política de Plínio Corrêa de Oliveira: uma análise a partir da tradição católica e do pensamento político moderno. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFSCar, São Carlos, 2015, p. 162.

⁴¹Ver: https://www.pliniocorreadeoliveira.info/1967_194_CAT_Presidente_recebe_CNSBDTFP.htm

⁴²Mais detalhes em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/185-noticias-2016/555729-o-cardeal-siri-e-a-lenda-da-qnao-eleicao-papal-artigo-de-paolo-farinella>

⁴³LIBÂNIO, João Batista. Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento. *Cadernos Teologia Pública*, ano 2, n. 16, Instituto Humanitas Unisinos.

⁴⁴A própria encíclica estabelece que "entre comunismo e cristianismo, a oposição é radical, e não se pode admitir de maneira alguma que os católicos adiram ao socialismo moderado".

⁴⁵Disponível em: <https://www.pliniocorreadeoliveira.info/livros.asp>

Revolução. Sobre a *Mater et Magistra*, escreveu outro ensaio⁴⁶ criticando interpretações que, segundo ele, promoviam a socialização e a reforma agrária. Em 1960, publicou junto com Dom Antônio de Castro Mayer, Dom Geraldo de Proença Sigaud e Luiz Mendonça de Freitas a obra *Reforma Agrária: questão de consciência*, que sacralizava a propriedade rural e angariou o apoio das elites rurais.⁴⁷

7. O Período Militar e a Redemocratização

O período entre 1964 e 1979 foi o de grande expansão da presença da TFP no exterior, estabelecendo representações em diversos países nas Américas, Europa e Ásia. Com o fim do regime militar e a promessa de nova Constituinte, as organizações religiosas passaram a tentar influenciar a elaboração da Carta. A eleição de 1986 que elegeu o Congresso Constituinte marcou a entrada dos pentecostais na política com a eleição de 33 deputados da "Bancada da Bíblia", cuja atuação concentrou-se em pautas morais, especialmente na Subcomissão da Família.

A redemocratização e a crescente pluralização do espaço público deslocaram a TFP de sua posição central. Segundo Caldeira e Gama,⁴⁸ a organização passou a enfrentar "uma relação de tolerância vigiada" com o Estado, e sua atuação tornou-se cada vez mais marginal. A morte de Plínio Corrêa de Oliveira, em 1995, agravou a crise de liderança e resultou em divisões internas. Mariano⁴⁹ aponta que, a partir dos anos 1990, o protagonismo do conservadorismo religioso passou progressivamente às mãos de igrejas neopentecostais com maior capilaridade popular e estratégias políticas mais pragmáticas.

⁴⁶Disponível em: [https://www.pliniocorreadeoliveira.info/OUT_61-09-](https://www.pliniocorreadeoliveira.info/OUT_61-09-07_A_socialização_na_Mater_et_Magister.htm)

[07_A_socialização_na_Mater_et_Magister.htm](https://www.pliniocorreadeoliveira.info/OUT_61-09-07_A_socialização_na_Mater_et_Magister.htm)

⁴⁷OLIVEIRA, Plínio Corrêa de; SIGAUD, Dom Geraldo de Proença; CASTRO MAYER, Dom Antônio de; MENDONÇA DE FREITAS, Luiz. *Reforma agrária: questão de consciência*. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1960.

⁴⁸CALDEIRA, Rodrigo Coppe; GAMA, Víctor Almeida. A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e o regime militar de 1964: alianças e ambivalências. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 22, n. 68, e226804, maio/ago. 2024.

⁴⁹MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

A presença evangélica na política só se ampliou.⁵⁰ A institucionalização do engajamento político se deu por meio de dois modelos: o parlamentar, representado por pastores que disputam eleições; e o da militância social, vinculado a ações comunitárias com forte atuação nos direitos humanos.⁵¹⁵² Dentro das denominações pentecostais, a disseminação da Teologia da Prosperidade e da doutrina da Guerra Espiritual deslocou o foco da salvação futura para a realização material e espiritual no presente.

8. A Confluência Reacionária Contemporânea

Em paralelo, outros movimentos reacionários se articulavam no Brasil: o monarquismo, abraçado pelos herdeiros da TFP, e o neointegralismo, cujo marco de surgimento é 2005, com a Frente Integralista Brasileira.⁵³ De outro lado, o "revanchismo militar", sentimento que ganha corpo após a instalação da Comissão da Verdade⁵⁴ em 2012, interpretada como "renegociação unilateral" do pacto firmado com a Lei da Anistia.⁵⁵ A partir de 2011, cresce a figura do então deputado Jair Bolsonaro como ponto de vocalização desse revanchismo.

Olavo de Carvalho introduziu ideias filiadas ao Tradicionalismo Esotérico de René Guénon no imaginário da nova direita brasileira. O conceito de "marxismo cultural", articulado por Plínio Corrêa de Oliveira e retomado por Carvalho, tornou-se linguagem comum para contestar os fundamentos democráticos e pluralistas da modernidade. Carvalho exerceu forte influência no governo Bolsonaro, sendo responsável por indicar nomes como Ricardo Vélez Rodríguez (Educação) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores).⁵⁶

⁵⁰PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo (orgs.). A realidade social das religiões no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 163–191.

⁵¹MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601–631, 2014.

⁵²Idem.

⁵³FRENTE INTEGRALISTA BRASILEIRA. História da FIB. Disponível em: <https://integralismo.org.br/historia/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

⁵⁴A Comissão Nacional da Verdade foi instalada em 16 de maio de 2012, com prazo de dois anos para apurar violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. Ver: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>

⁵⁵Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979.

⁵⁶Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/perdendo-a-guerra-cultural/>

Araújo trazia bagagem religiosa forte e foi indicado após seu artigo "Trump e o Ocidente" chamar a atenção de Carvalho. Após a vitória de Bolsonaro, declarou em entrevista ao *The New Criterion*:⁵⁷⁵⁸ "Deus está de volta, e a nação está de volta: uma nação com Deus; Deus através da nação". Em discurso no III Fórum da Liga Cristo Rei,⁵⁹ expressou satisfação pela "quebra da barreira entre a fé e a política, corporificada no lema 'Brasil acima de tudo, Deus acima de todos'".

A Opus Dei, fundada em 1928 e com filial brasileira desde 1957, contribuiu para a difusão das ideias católicas conservadoras entre formadores de opinião.⁶⁰ Desse grupo surge Ives Gandra da Silva Martins, que cumpriu o papel tradicional de jurista a favor de regimes autoritários, e Jorge Boaventura, presença constante em trabalhos da Escola Superior de Guerra.⁶¹

O projeto de Bolsonaro recebeu apoio da arquidiocese do Rio de Janeiro: Dom Orani João Tempesta e o Monsenhor Jonas Abib teriam assinado com Bolsonaro, antes da eleição, memorando sobre a defesa da família tradicional e liberdade religiosa.⁶² O Centro Dom Bosco (CDB), entidade laica fundada em 2016, participou dos protestos contra a visita de Judith Butler (2017) e a exposição Queermuseum (2018), em coordenação com o Movimento Brasil Livre.

⁵⁷A metapolítica, também denominada "Terceira Posição" ou "Quarta Teoria Política", tem outros seguidores no Brasil no movimento da Nova Resistência, mas sem recepção política relevante.

⁵⁸Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/artigo-do-ministro-ernesto-araujo-publicado-na-revista-the-new-criterion>

⁵⁹Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/mensagem-do-ministro-ernesto-araujo-para-os-participantes-do-iii-forum-nacional-da-liga-cristo-rei>

⁶⁰Ver: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/opus-dei-investe-na-formacao-de-jornalistas/>

⁶¹Por exemplo: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/773>

⁶²Ver: <https://www.ihu.unisinos.br/583866-e-verdade-que-o-cardeal-arcebispo-do-rio-de-janeiro-assinou-um-acordo-eleitoral-com-bolsonaro>

Por fim, a produtora Brasil Paralelo⁶³ oferece exemplo emblemático da mobilização da religião como vetor discursivo da nova direita brasileira. Seus documentários entrelaçam argumentos religiosos com referências a uma suposta decadência civilizacional, utilizando a fé católica como âncora moral para sustentar críticas ao marxismo, ao globalismo e à esquerda. O Brasil Paralelo funciona como uma plataforma de catequese política, em que a religiosidade não é pano de fundo, mas parte essencial de um esforço de moldagem cultural e formação de consciência conservadora.

9. Conclusão

No Brasil, a relação entre política e religião é marcada por um entrelaçamento histórico que remonta ao período imperial. Essa simbiose fundacional criou uma tradição de proximidade entre o sagrado e o poder político que atravessou a República e se reconfigurou ao longo do tempo. Mesmo após a separação formal entre Igreja e Estado em 1890, elementos religiosos continuaram a influenciar o imaginário político brasileiro, seja nas Constituições, seja nas cerimônias cívicas, seja na legitimação de lideranças. Longe de serem esferas autônomas, política e religião no Brasil mantêm uma relação simbiótica em que a autoridade espiritual serve de base para a construção e manutenção do poder temporal.

Essa base conservadora e de viés autoritário possui uma característica estruturante: ela reflete, com notável regularidade, agendas e discussões geradas fora do Brasil. Seja absorvendo o reacionarismo integrista do final do século XIX, seja espelhando a agenda conservadora dos novos movimentos de direita globais, seja incorporando a agenda pentecostal estadunidense, as ideias autoritárias de base religiosa importadas para o País escapam ao sincretismo que se observa em relação a outras correntes de pensamento.

Essa convergência não é mero reflexo passivo da globalização, mas revela uma disposição ativa de setores religiosos e políticos brasileiros em aderir a uma gramática transnacional reacionária, na qual a fé, como vetor de fácil assimilação entre diferentes populações, torna-se linguagem comum para contestar os fundamentos democráticos e pluralistas da modernidade. Ao importar agendas, vocabulários e inimigos pré-fabricados, o conservadorismo religioso brasileiro reforça uma forma de colonialidade moral, em que o imaginário nacional é remodelado por dinâmicas externas, mesmo quando travestido de defesa

⁶³Ver: <https://www.intercept.com.br/2024/05/24/como-a-brasil-paralelo-surfou-na-radicalizacao-da-direita/>

da "tradição" ou dos "valores nacionais". Compreender o entrelaçamento entre religião e política no Brasil não exige apenas olhar para dentro da história nacional, mas reconhecer os circuitos globais por onde circulam as narrativas, os financiamentos e as estratégias de um projeto político-religioso que busca redefinir os contornos do espaço público em chave teológica e autoritária.

Referências

- BENTO, Alice Lazzarini; PACHECO, Gabriela Santi. Fascismo, catolicismo e corporativismo: conexões entre patrianovismo e integralismo. *Revista Faces da História*, Assis/SP, v. 9, n. 2, p. 90–112, jul./dez. 2022.
- BERGER, Peter L. A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9–23, 2001.
- CALDEIRA, Rodrigo Coppe; GAMA, Víctor Almeida. A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e o regime militar de 1964: alianças e ambivalências. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 22, n. 68, e226804, maio/ago. 2024.
- CASANOVA, José. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- CAVICHOLI, Bruno Gazalle; GALLO, Carlos Artur. Entre Deus e o Estado: Salazar, Franco e a Igreja Católica nas ditaduras ibéricas do século XX. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 14, n. 27, jul./dez. 2022.
- CAZZETA, Felipe A. Deus, Pátria, Família... Monarquia: Ação Imperial Patrianovista e Ação Integralista Brasileira – Choques e Consonâncias. *Boletim do Tempo Presente*, n. 4, ago. 2013, p. 1–12. Universidade de Pernambuco.
- GAMA, Victor Almeida. O leão e o sigma: a crítica de Plínio Corrêa de Oliveira ao movimento integralista. *Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e Parcerias*.
- GRECO, Angelo Antonio. *O ensino religioso nas escolas públicas paulistas (1930-1945)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI: 10.11606/T.8.2017.tde-31072017-153815.

- LIBÂNIO, João Batista. Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento. *Cadernos Teologia Pública*, ano 2, n. 16, Instituto Humanitas Unisinos.
- LIMA, Janilson Rodrigues. A Liga Eleitoral Católica e a eleição de 1933 no Ceará: liga suprapartidária ou partido político? Trabalho apresentado no XXIX Simpósio Nacional de História, Brasília, 2017.
- LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. O populismo reacionário. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.
- MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601–631, 2014.
- MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 11, n. 2, p. 238–258, 2011.
- MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de; SIGAUD, Dom Geraldo de Proença; CASTRO MAYER, Dom Antônio de; MENDONÇA DE FREITAS, Luiz. Reforma agrária: questão de consciência. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1960.
- PIERUCCI, Antônio F. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 37, p. 43–73, 1998.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo (orgs.). *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 163–191.
- SALGADO, Plínio. *Páginas de Combate*. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes, 1937.
- SILVA, Marcos Paulo da. A atuação política de Plínio Corrêa de Oliveira: uma análise a partir da tradição católica e do pensamento político moderno. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- VICTOR, Rogério Lustosa. A candidatura de Plínio Salgado à presidência da República: os usos políticos da memória. *Revista Angelus Novus*, v. 1, n. 1, ago. 2010.

WINK, Georg. Conservadorismo Brasileiro e a Nova Direita. Belo Horizonte: Emcomum Estúdio Livre, 2023.

ZYLBERSZTAJN, Joana. A Laicidade do Estado Brasileiro. Brasília: Verbena Editora, 2016.